

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

OS CAMINHOS DO MAR, FAUTORES PRIMORDIAIS DA CIVILIZAÇÃO IBÉRICA.

CARDOSO, Mário

Ano: 1966 | Número: 76

Como citar este documento:

CARDOSO, Mário, Os caminhos do mar, fatores primordiais da Civilização Ibérica. *Revista de Guimarães*, 76 (3-4) Jul.-Dez. 1966, p. 373-387.

Casa de Sarmiento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4800-432 Guimarães
E-mail: geral@csarmento.uminho.pt
URL: www.csarmento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Os caminhos do Mar, fatores primordiais da Civilização Ibérica

Por MÁRIO CARDOZO

«*O Mar e a Cultura atlântica*», tema basilar de investigação e discussão imposto a este Colóquio, (*) presuppõe um estudo de invulgar extensão, mesmo que o consideremos restrito a esta pequena faixa atlântica que constitui Portugal; de uma amplitude muito mais vasta, se nos quisermos reportar à Península Ibérica; e de uma vastidão quase ilimitada se pretendêssemos referir-nos às relações culturais estabelecidas através das rotas marítimas do Atlântico entre os três grandes continentes, Europa, África e Américas, banhados por este oceano.

De um modo geral, a influência do Mar na perenidade da vida do homem sobre a Terra pode ser considerada sob ângulos muito diferentes, quer no sentido espiritual, quer no âmbito material, e sob múltiplos aspectos: económicos, sociais, científicos, artísticos, demográficos, antropológicos, etc. Contudo, este tema, que tantas e tão variadas facetas oferece à insaciável curiosidade dos investigadores, não constitui, em si, um problema carecente de solução, isto é — não podemos considerá-lo um assunto obscuro, pois se trata de um facto historicamente documentado, qual seja o da acção que o Mar desempenhou no passado humano e continua desempenhando, hoje e sempre, na expansão das civilizações e da Cultura, e no contributo económico decisivo para a sobrevivência do homem sobre o planeta.

(*) Comunicação apresentada ao II Colóquio de Matosinhos, 7 a 11 de Julho de 1964.

Limitaremos pois a nossa tese à Península Hispânica. Considerando esta Península sob um ponto de vista genérico, como unidade geográfica e cultural, verifica-se que, desde remotíssima antiguidade, tudo quanto nós, seus naturais, herdamos e assimilamos das culturas de povos estranhos, nos chegou muito especialmente por via marítima, como tudo quanto havemos produzido, dentro do mesmo esforço de cooperação humana e de expansão civilizadora, o temos levado sempre a outros povos principalmente através dos caminhos do Mar.

Defendendo este axioma inicial, não pretendemos, de modo algum, negar as nossas relações com o mundo exterior igualmente estabelecidas por via terrestre, no decorrer dos séculos; porém, os caminhos da terra têm sido sempre sensivelmente menos concorridos e menos importantes do que as nossas actividades conduzidas através das rotas oceânicas.

*

No decorrer das épocas mais remotas da Pré-história peninsular, muito anteriores à documentação escrita, verifica-se pelos testemunhos da Arqueologia comparada que uma grande parte das indústrias líticas primitivas não podiam ter chegado à Hispânia senão por via marítima, provenientes das costas mediterrâneas, especialmente do norte de África, facto este comprovativo das mais antigas relações culturais entre o autóctone peninsular e outros povos separados de nós por esse mar interior.

Se nos reportarmos aos testemunhos escritos, o mais antigo documento até hoje descoberto, confirmativo das relações peninsulares marítimas estabelecidas por navegadores exóticos que aportaram às praias mediterrâneas da Hispânia, é uma inscrição cuneiforme assíria, dos começos do terceiro milénio a. C., de cuja decifração e interpretação pelos especializados resultou o seguinte texto:

«Anaku, Kaptara, os países de além do Mar superior (i. é, do Mediterrâneo), Dilmun, Magan, os países de além do Mar inferior (ou seja, o Golfo Pérsico), e os países entre os quais nasce e morre o sol, conquistados tres vezes por Sargón rei do mundo».

Ora a palavra assíria *Anaku*, segundo a lição dos filólogos e epigrafistas dedicados ao estudo das inscrições cuneiformes, designava originariamente o chumbo; mais tarde, porém, esta designação tornara-se extensiva ao *estanho*, minério este que os povos do Próximo Oriente vinham então buscar à Hispânia e que provinha das lendárias Ilhas Oestrímnides ou Cassitérides, pelo que a Península passou a ser conhecida pela designação de «terra do estanho». Isto levou os pré-historiadores à conclusão de que aquela palavra *Anaku* da inscrição assíria aludia à Hispânia, país situado no extremo ocidental do mundo então conhecido. Por sua vez *Kaptara* designaria Creta, e *Dilmun* e *Magan* outras terras do Próximo Oriente.

Vários textos bíblicos datados dos séculos VIII-VII a. C., alusivos à época do rei Salomão de Jerusalém, que viveu pelos fins do século IX a. C., citam o porto de *Tartessos*, na costa sudoeste atlântica da Hispânia, na foz do rio Baetis, actual Guadalquivir. Um desses textos mais expressivos encontra-se no Livro 3.^o dos Reis (10,22) e reza assim: «...o rei (Salomão) *tinha naves de Tarschisch* (ou seja, Tartessos) *no mar, com naves de Hirão* (sogro de Salomão); *uma vez em cada três anos chegavam essas naves de Tarschisch e traziam ouro, prata, marfim, símios e pavões.*»

Também de Tartessos e do seu comércio com o Próximo Oriente nos fala o célebre poema *Ora Maritima*, de Avieno, que apesar de composto no século IV da nossa era, se considera inspirado e documentado num antiquíssimo roteiro marítimo redigido por um nauta grego massaliota, talvez pelo ano 520 a. C.

Essa região de Tartessos banhada pelo Guadalquivir, isto é, a antiga *Baetica* dos Romanos, correspondente à actual Andaluzia, tem sido em todos os tempos, considerada uma das mais ricas, se não a mais rica de todas as províncias da Espanha, abundante de minérios, farta de produtos da agricultura e opulenta de gados. Por isso ela foi também sempre a mais cobiçada pelos nautas e mercadores que ali aportavam vindos do Oriente mediterrâneo, terra que aos antigos escritores mereceu continuamente os mais calorosos louvores (*Laudes Hispaniae*). Ali estava situada a cidade designada *Tarschisch* pelos Fenícios, e depois *Tartessos* pelos Gregos, que era o mais importante porto comercial da antiga Hispânia. Por Tartessos denominava-se também o próspero Império

constituído nessas fecundas terras, onde, por volta do ano 1000 a. C., vinham os Fenícios da cidade de Tiro, situada precisamente no extremo oposto do Mediterrâneo, os quais traziam para comerciarem com os hispanos produtos do Oriente e levavam consigo, segundo rezam os citados textos bíblicos, o ouro, a prata, o estanho e o chumbo, os pavões e os símios, estes últimos certamente trazidos para Espanha do norte de África, pois ainda hoje eles se reproduzem e andam em liberdade nos morros de Gibraltar.

Tamanha prosperidade assumiu o intercâmbio marítimo com os mercadores tírios, que estes resolveram mais tarde estabelecer na costa tartéssia o seu próprio empório comercial, e fundaram, então, por meados do século VIII a. C., a cidade de *Gadir* (a *Gadeira* dos Gregos, ou a *Gades* romana), actual Cádiz, num dos braços da foz do Guadalquivir e muito próxima de Tartessos, drenando para aí os produtos que anteriormente comerciavam e adquiriam dos naturais do país (especialmente o estanho, que no Oriente tinha então grande valor e interesse para o fabrico dos instrumentos de bronze), que passaram a obter directamente das Cassitérides, navegando eles próprios ao longo da costa peninsular atlântica, pela rota de há muito conhecida e praticada pelos tartéssios, até às rias da Galiza e, através do Cantábrico, até o sul da Inglaterra e da Irlanda.

Pelo final do século IX a. C. já também Cartago tinha sido fundada na costa norte africana, fronteira à Sicília, num excelente ponto estratégico, de onde os Cartagineses podiam, com relativa facilidade, cortar a linha de comunicações do Mediterrâneo oriental com o Ocidente.

No começo do século VI os Gregos da Fócida fundam, por sua vez, Massália (= Marselha) seu principal entreposto comercial com o Ocidente, na costa sul das Gálias, um pouco a oriente da Foz do Ródano.

Todos estes povos navegadores — Fenícios, Cartagineses e Gregos — disputavam então naturalmente o comércio com a Hispânia, criando-se deste modo uma situação de concorrência de interesses económicos, que necessariamente se haveria de tornar explosiva. Todos tratavam de estabelecer feitorias na costa mediterrânea do Sudeste da Hispânia, ou já no Mar exterior, para além das Colunas de Hércules (= Gibraltar). Depois de Gadir,

inicialmente fundada pelos Fenícios, foram igualmente cidades de fundação púnica, na costa peninsular — Málaka, Abdera, Sexi, Cartago Nova e Ebyssos (a actual Ibiza), esta nas Baleares. Por sua vez os Gregos estabeleciam colónias suas em Rhode, Emporion, Hemeroscopeion, Alonis, Akraleuké, Mainaké, Pyrene e Calípolis.

Com a decadência de Tiro, dominada pelos assírios, os Gregos, que já navegavam por todas as paragens do Mediterrâneo até o Ocidente, ficaram então inteiramente senhores da navegação e comércio com a Hispânia, com prejuízo dos Fenícios de Gadir e dos púnicos de Cartago. Estes aliaram-se aos Etruscos, italiotas que ocupavam uma parte do ocidente da península itálica, entre a Ligúria e o Lácio, e, no ano de 535 a. C. (para alguns autores, no ano de 540), fere-se a batalha naval de Alália, no Mar Tirreno, junto da costa oriental de Córsega, em frente à cidade daquele nome, batalha esta decisiva, em que os Gregos sofreram enormes perdas de navios, a tal ponto que, desde então, todo o comércio com a Hispânia passou para a mão dos Cartagineses, alcançando Cartago o auge do seu poderio marítimo, e, destruída por eles Tartessos, tornou-se Gadir o porto mais importante da Hispânia, autêntica sentinela a vedar a passagem entre as Colunas de Hércules para o Atlântico, impedindo assim que todos os navios estrangeiros à frota púnica demandassem as Cassitérides, as famosas ilhas do estanho. Os nautas gregos — entre os quais ficaram célebres na História antiga Meidókritos, Eutimenes e Píteas, pelas suas arrojadas viagens atlânticas contornando a Península Ibérica — não mais poderiam aproximar-se daquele estreito sob pena de os seus navios serem metidos no fundo do mar. A importância da saída para o Atlântico provinha não só de conduzir, para norte, à citada região do estanho, e para sul, contornando parte da costa ocidental africana, facilitando assim o comércio da pescaria, ainda hoje excepcionalmente abundante na costa marroquina. Dois navegadores púnicos, partindo de Gadir, ficaram por sua vez na história das grandes navegações da Antiguidade — Himilcón, que alcançou as paragens nórdicas do estanho, e Hannón que atingiu o Golfo da Guiné, na costa ocidental africana.

Mas também o poderio de Cartago havia de ter o seu fim. Com a crescente influência de Roma, viu Cartago

levantar-se na sua frente uma rival poderosa. Ambas lutavam pela hegemonia no Mediterrâneo ocidental, pela ocupação dos portos da Hispânia e pela exploração das suas riquezas. Mas, como Romanos e Cartagineses mutuamente se temiam, firmaram um tratado que definia as zonas de influência de cada qual ao longo da costa espanhola mediterrânea, cabendo aos Romanos a parte a norte da foz do Ebro, e aos Cartagineses a de essa foz para o sul. Passavam-se estes sucessos já por meados do século III a. C.

Uma das cláusulas desse tratado era que Sagunto, em território de influência cartaginesa, se conservaria cidade livre e sob a protecção de Roma. Os cartagineses, porém, não respeitaram este compromisso, puseram cerco a essa cidade, que resistiu heróicamente, mas acabou por cair na mão do invasor. Teve seguidamente começo a segunda guerra púnica, por volta do início do século II a. C., na qual os Cartagineses acabaram por perder toda a hegemonia no Ocidente, e os Romanos, após os grandes sucessos da conquista das Gálias pelas legiões de César, iniciaram a ocupação definitiva da Hispânia e apoderaram-se de Gades, a Gadir de remota fundação Fenícia, principal empório do comércio do estanho e chave da navegação do Mar interior, o Mediterrâneo, para o Mar exterior, o grande Mar Atlântico.

Seguiram-se dois a três séculos de lutas entre o íncola da Ibéria e o invasor romano, a epopeia da defesa de Numância, a resistência feroz das populações indígenas protegidas pelas muralhas dos seus «castros», cujos defensores eram acoitados e exterminados pelo invasor, como lobos em seus covis. Apesar dessa resistência heróica, toda a Península nos primeiros séculos da nossa era estava definitivamente dominada pelo Romano.

Como acabamos de ver todos estes povos atingiram a península através do oceano — os Fenícios de Tiro e os púnicos de Cartago, os Gregos da Fócida, de Rodes ou de Samos, os Etruscos da Itália e, por fim, os Romanos até a decadência e queda do seu vasto Império. Da presença da sua cultura, dos seus costumes, da sua miscigenação com os naturais, todos estes povos aqui deixaram vestígios, uns mais acentuados e duradouros, outros mais ténues e fugazes.

Segundo alguns historiadores, parece que eram os Lígures, procedentes da África do Norte, que constituíam o núcleo da mais antiga população historicamente comprovada da Ibéria, tese de Schulten que já Martins Sarmiento havia defendido muito anteriormente ao insigne iberólogo alemão. Teriam sido portanto essas populações peninsulares as primeiras que, nos tempos históricos, sofreram o choque desses intrusos, com suas violências e depredações, mas também com o benefício da assimilação de culturas mais avançadas, de que esses invasores eram portadores.

Chegamos à altura de evidenciar que também pelos caminhos da terra penetraram na Península, como dissemos, vários povos estranhos. Os primeiros foram as hordas célticas, nómadas procedentes da Europa Central, cuja onda mais importante atingiu a Hispânia por volta do século v a. C., tendo atravessado a formidável barreira pirenaica através das suas passagens naturais. Parte deles fixaram-se na Meseta central espanhola e aí se mesclaram com os indígenas, resultando assim o ramo dos *Celtiberos*; outros chegaram até à costa atlântica. Quando da ocupação romana do território, foram essas tribos hispânicas, constituídas por populações mestiçadas de Celtas, intensamente romanizadas; e de tal modo elas se adaptaram aos usos e costumes romanos, que assimilaram inteiramente a sua cultura, aceitaram as suas leis, a sua religião a par do culto primitivo às divindades locais, a sua linguagem, a sua arte e a sua arquitectura, levantando os mesmos anfiteatros e circos, as mesmas calçadas e pontes que o povo do Lácio espalhou por todo o Império.

Mas, como todos os impérios, também o domínio romano teve o seu declínio, e uma nova onda de povos estranhos vinda por terra e trilhando os mesmos caminhos dos Celtas alastrou pela Península — a onda visigoda dos chamados «Bárbaros», — e novo estrato dêmico se sobrepõe às ruínas do Império Romano. Nova mestiçagem tem lugar, agora dos hispano-romanos com os novos invasores, da qual surgem, com a expansão do Cristianismo, as populações neo-godas e, na arte, o estilo pré-românico.

Por fim as monarquias godas estabelecidas na Península são combatidas pelos árabes, que podemos consi-

derar uma invasão também vinda por terra, pois lhes bastou atravessarem as escassas onze milhas do Estreito de Gibraltar para se fixarem na Península, até o seu refluxo novamente para o norte de África, de onde haviam partido sete séculos antes, não sem deixarem profundamente impressa nas populações da Hispânia a marca do seu domínio, de que resultou a mescla hispano-árabe, e na própria arquitectura o abraço do românico com o árabe que deu origem aos estilos moçárabe e mudéjar.

Todos estes povos de tão diferente e variada estirpe, quer os que aportaram por mar à Península, quer os que a invadiram por terra, aqui deixaram as indeléveis provas da sua influência. Os que algum dia penetraram no solo hispânico unicamente por uma determinante política, como os exércitos napoleónicos, nos começos do século XIX, ou com a simples mira na depredação e no roubo, como as breves incursões normandas do século X, e aqui se impuseram somente pela violência sem qualquer intuito civilizador, poucos ou nulos testemunhos nos deixaram da sua cultura em tão efémera demora. Pelo contrário, os que vieram com a intenção de permanecer, como os Romanos, ou como os Visigodos e Mussulmanos, no propósito de uma colonização duradoura e pacífica, eficaz e proveitosa, quer no domínio comercial e económico, quer no da organização administrativa e social, quer na cultura das Artes e das Letras, esses deixaram-nos bem profundamente gravada a sua influência, ainda hoje viva e presente em muitas das nossas características demográficas e culturais.

*

Vejamos agora o que nos revela a Arqueologia acerca dos testemunhos materiais deixados entre nós por esses povos, desde os mais antigos que pisaram o solo hispânico. São, por exemplo, mais ou menos escassos os achados fenícios, púnicos e gregos, em parte por serem também estes povos os primeiros e mais antigos colonizadores históricos da Península, dissipando-se quase completamente, no decorrer dos séculos, os vestígios materiais que o tempo e os homens se encarregam de fazer voltar ao pó. Um exemplo edificante: não foi

possível a descoberta de quaisquer restos da localização exacta de Tartessos, junto das bocas do Guadalquivir apesar de todas as tentativas e esforços que o erudito hispanista alemão Adolfo Schulten empregou, com as suas prospecções arqueológicas na foz daquele grande rio, onde as tradições bíblicas e as referências do poema *Ora Marítima* nos garantem ter existido aquela importante cidade, opulenta capital de um desaparecido império.

Contudo, em Espanha, diversos achados arqueológicos chegaram até os nossos dias a certificarem a presença na Península dos Fenícios e dos Púnicos de Cartago. E, ainda que somente nos reportemos a Portugal, diversos objectos antigos de fabrico púnico foram descobertos e se encontram dispersos por alguns dos nossos museus, por exemplo, no de «Martins Sarmento», em Guimarães, no Etnológico, de Belém, no de Faro, Castelo Branco, Figueira da Foz, etc.: são certas contas de vidro policromas, moedas de Gades de cunhagem púnica, pequenos unguentários de pasta vítrea e características cerâmicas pintadas, procedentes do Algarve (Torre d' Ares, Tavira, Bensafrim, Loulé, etc.) e dos arredores da Figueira da Foz (Santa Olaia e Crasto). É certo que muitas vezes estes achados não significam necessariamente contactos directos de povos determinados, sendo apenas artigos que, por intermédio do comércio com outros povos alheios ao fabrico desses objectos, chegaram a regiões afastadas. Em Alcacer do Sal, por exemplo, foi encontrado um escaravelho-amuleto egípcio, encastado em aro de prata, do século VII a. C., chegado a estas paragens não por intermédio dos próprios fabricantes egípcios, mas indirectamente, talvez por navegadores focenses.

Também da colonização grega da Península chegaram até nós muitos vestígios, se nos quisermos referir, de um modo geral, ao território espanhol, em cuja costa do Levante, aquele povo estabeleceu, como vimos, numerosos entrepostos comerciais. Na costa atlântica, correspondente ao actual território português, são menos frequentes os achados gregos; contudo algumas moedas se encontraram também em Alcacer do Sal e na Serra do Pilar, junto à foz do Douro (uma destas, ateniense, dos tempos helenísticos, e outra de Alexandre), não esquecendo a magnífica *bráctea* de ouro, aparecida perto de Bragança, e que se guarda no Museu de Soares dos Reis,

imitativa das cunhagens do decadracma siracusano, ostentando a cabeça de ninfa Aretusa rodeada de quatro golfinhos. Este achado grego no interior do nosso país, em Bragança, levantou um problema que pôs em dúvida o acesso do comércio grego a um local tão afastado do litoral atlântico. Porém, é natural que o comércio desses e de outros povos do Mediterrâneo, anteriores ou posteriores à chegada dos Gregos às costas peninsulares, se não praticasse apenas com as populações do litoral, mas penetrasse mais ou menos profundamente no interior do país, até onde os rios permitiam então o acesso às grandes naveas, tais como o Ebro, o Guadalquivir, o Guadiana, o Sado, o Tejo, o Mondego, o Douro, o Minho, que nessa época eram navegáveis até muito acima das suas bocas de saída para o Mediterrâneo e para o Atlântico.

Dos Etruscos, também diversos investigadores querem ver certos testemunhos na Península, nas peças de joalheria arcaica do Noroeste da Hispânia, por exemplo, nas quais se notam, de facto, analogias flagrantes com certas características da joalheria etrusca, tipos de ornamentação, a técnica do granulado e da filigrana, etc.

Mas, de entre os povos antigos, foi evidentemente o romano o que mais vincadamente deixou por toda a Península o cunho da sua permanência civilizadora e construtiva. Por toda a parte, quer em Portugal quer na Espanha, são inexgotáveis os testemunhos da presença romana, os objectos avulsos produtos da indústria, os vidros, a cerâmica, os metais, armas e utensílios, obras de arte, esculturas, mosaicos, monumentos de toda a espécie.

No final do domínio romano, já nos tempos mais próximos da chegada dos visigodos, na Alta Idade Média, os testemunhos arqueológicos dessa época são numerosos, não em tamanha quantidade, porém, nem tão opulentos como os que mais tarde, já em plena Idade Média, aqui deixaram os Árabes, principalmente na Andaluzia, nas ricas províncias do Sul, sempre as mais desejadas: monumentos inegaláveis de beleza arquitectónica são esses que os mussulmanos ergueram em tantas terras da Espanha meridional, em Sevilha, em Córdova, em Granada, em Toledo, para citarmos apenas algumas das principais cidades onde eles se estabeleceram.

*

Todo este mosaico de migrações humanas, todos estes povos, uns vindo do norte, ultrapassando a alta rosa barreira pirenaica, outros, a maior parte, pelos caminhos do mar, aqui se expandiram, nesta parte mais ocidental do continente europeu, e aqui deixaram mais ou menos impregnados das suas culturas os nossos remotos avoengos, sem contudo conseguirem extinguir o tronco milenário da nossa estirpe, nem fazerem secar essas fundas raízes demográficas que Martins Sarmiento classificou de «uma das mais puras árvores genealógicas dos povos antigos».

E foi, sem dúvida, desta mescla multiseccular do nosso sangue com o sangue de «muitas e variadas gentes» que aqui aportaram pelos caminhos do mar, ou penetraram do Nordeste descendo pelos vales dos grandes rios orientados para o Atlântico, e nos trouxeram, de armas na mão ou pacificamente, a sua cultura, a sua arte e o seu comércio — foi sem dúvida esta mescla, tantas vezes repetida, que originou o *tonus* vital, fonte do nosso vigoroso espírito universalista de colonizadores, desta maneira de ser peculiar de adaptação e convivência social despida de preconceitos para com todos os povos do mundo, desta renúncia ao orgulho racial gerador de lutas, de ódios e divisão humana, deste nosso instintivo desejo de cooperação com as populações sub-desenvolvidas de continentes longínquos, onde levamos, com esforço e tenacidade, o nosso trabalho, a nossa língua, a nossa cultura europeia.

A península Hispânica constitui uma unidade geográfica perfeitamente definida, enquadrada pelo Mediterrâneo, esse grande Mar interior dos antigos, o *Mare Nostrum* romano, e pelo Atlântico, o Mar exterior, o ilimitado *Mar Tenebroso* das lendas aterradoras e dos perigos invencíveis, lendas e terrores que nós, portugueses e espanhois, fomos os primeiros a dissipar. Inteiramente abraçada por este dois mares e fechada do resto do continente europeu pela formidável barreira da muralha pirenaica, os principais contactos geradores da nossa cultura teriam de vir-nos necessariamente do Mar, como toda a nossa expansão civilizadora não tinha outras portas de saída senão as que naturalmente se nos abriam

para o Mar. Não para o Mediterrâneo, o Mar fechado, já conhecido, explorado e percorrido em todas as direções, em todos os quadrantes pelos povos navegadores das velhas civilizações orientais, mas para o Mar largo, o Mar Atlântico, o imenso Mar desconhecido e misterioso, ainda então por sulcar para além daquelas rotas costeiras só praticadas durante o dia e ancorando à noite, sempre à vista de terra, cautelosamente, de porto em porto, que aliás os nautas primitivos de Tartessos já haviam percorrido, muito antes mesmo da chegada dos Fenícios às praias ibéricas.

A própria orientação geográfica da Península Hispânica nos impeliu sempre para o grande Mar desconhecido, avançando esta massa de terra, com sua estrutura pesada e ameaçadora como um punho cerrado e hercúleo, pelo Atlântico dentro, no sentido Nordeste-Sudoeste, ao contrário do dispositivo das penínsulas mediterrâneas, itálica e grega, nitidamente lançadas de Noroeste para Sueste como que procurando no Oriente fechado uma saída para os seus nautas, que afinal por aí lhes era vedada. Todo o movimento cultural das grandes civilizações primitivas mediterrâneas tinha portanto necessariamente de dirigir para o Ocidente a sua expansão, que a barreira terrestre do imenso continente asiático lhe negava pelo Oriente. Por nossa vez, ocidentais, foi para o Atlântico que a nossa posição geográfica nos impeliu, e foi através do Atlântico que expandimos a nossa cultura pelo mundo antigo e moderno. Pelo mundo antigo, sim, e não apenas a partir do grande período áureo dos descobrimentos dos séculos xv e xvi, pois já em remotos textos se regista que foram os marinheiros ibéricos, oriundos daquela vetusta Gades, de fundação fenícia, os primeiros nautas que tentaram o périplo do continente africano, partindo do lado atlântico.

Nos tempos modernos todos sabemos que foram os navegadores portugueses e espanhóis que expandiram pelo mundo a cultura europeia, partindo arrojadamente através do Atlântico e dando à Europa o conhecimento de todos os mares, que ela até então ignorava, e de todas as terras do planeta.

Confirma-se portanto a afirmativa que apresentámos, ao iniciarmos esta singela Comunicação, isto é — que não existe, na essência, um problema fundamental no

sentido de esclarecer se o Mar, de um modo geral, ou o Atlântico, de um modo explicito, tiveram ou não influência na Cultura, na economia, na ciência, nas artes nas indústrias e no comércio da Península Hispânica, pois essa influência tem sido, desde as mais remotas eras tão clara e evidente, um facto tão comprovado e documentado pelas tradições da Pré-história e pelas certezas incontrovertidas da História que dele não pode existir a menor dúvida. Podem, sim, existir problemas de pormenor, incógnitas sobre determinadas modalidades de assimilação ou de expansão da civilização que recebemos do Mar, ou que através do Mar levamos aos confins do mundo; mas não existe de facto um problema de base.

Após a queda do Império Romano, da instituição dos visigodos na Península, do nascimento das nações cristãs e do refluxo dos mussulmanos para a África, abandonando definitivamente o solo hispânico, até a formação e cristalização das duas nações ibéricas — Portugal e Espanha, sempre, através dos séculos, a nossa vocação marítima, colonizadora e evangelizadora, missionária e cristã, se acentuou cada vez mais, abrindo ao mundo novos mundos e criando sociedades plurirraciais, que vivem em comunidade pacífica, sem distinção de credos, sem supremacias de castas, sem orgulhos de pura ascendência antropológica, e sem preconceitos de coloração da pele, seja branca, amarela, negra ou mestiça. Praticamos assim o verdadeiro conceito cristão de humanidade. É uma virtude que julgo termos herdado desses contactos que há milhares de anos vimos estabelecendo, através dos caminhos do mar e da terra, com povos de todas as raças.

Foi, em conclusão, a mestiçagem milenária que sofremos desde os mais remotos tempos que enraizou na nossa maneira de ser este espírito de fraternidade e de cooperação humana, esta sociabilidade isenta de reservas e de preconceitos raciais, criadora de populações mistas, estas qualidades e virtudes que nos caracterizam e que tanto faltam noutros povos europeus, especialmente nos nórdicos, os quais, pela sua situação geográfica se encontraram mais isolados e afastados dos grandes caminhos que no mundo antigo foram trilhados pelas migrações humanas, através do mar ou da terra, em demanda do

Ocidente. E, ainda hoje, são especialmente os nórdicos, ou os de raça nórdica, os que mais vivamente condenam, por exemplo, a permanência civilizadora dos portugueses em África, não tanto pela defesa que eles apregoam do direito à autonomia política dessas populações subdesenvolvidas, que nós aliás conduzimos para o progresso em seu próprio interesse, mas especialmente pelo espírito de isolacionismo racial característico desses nórdicos, que nunca foram colonizadores, e, portanto, pela sua incompreensão desta nossa maneira de encararmos o problema das populações que civilizamos, incutindo-lhes a verdadeira noção de liberdade, com a sua integração na nossa estrutura social e cultural, concedendo-lhes direitos e impondo-lhes deveres iguais aos nossos.

ALGUNS ELEMENTOS BIBLIOGRÁFICOS

A. SCHULTEN, *Tartessos*, 2.^a ed., Madrid 1945.

— *Fontes Hispaniae Antiquae*, Barcelona, Vols I, II e VI (1922, 1925 e 1952).

— *Geschichte von Numantia*, München, 1933.

— *Iberische Landeskunde*, Strasbourg, 1953-57.

— *Die Etrusker in Spanien*. Leipzig 1930.

BÍBLIA, *Antigo Testamento*: Ezequiel, XXVII, 12 e XXXVIII, 13; Jeremias, X, 9; Isaias, II, 16; XXIII, 1, LX, 9 e LXVI, 19; Reis, 3.^o XXII, 49; Salmos, LXXI, 10; Génesis, X, 4; Jonas, I, 3.

LUÍS PERICOT GARCIA, *La España Primitiva*, Barcelona 1950.

A. GARCIA Y BELLIDO, *Los hallazgos griegos de España*, Madrid 1936.

— *Fenicios y Carthagineses en Occidente*, Madrid 1942.

— *La Peninsula Iberica en los comienzos de su Historia*, Madrid, 1953.

— *España y los Españoles hace dos mil años*, Madrid 1945.

— *Tartessos. Colonización púnica. La Colonización Griega*, in «Historia de España» t. I, vol. II, pp. 281 ss.

F. MARTINS SARMENTO, *Les Lusitaniens*, Lisboa 1880.

- *Os Gregos no Noroeste da Ibéria*, Coimbra 1876.
- E. LÉVI PROVENÇAL, *España Mussulmana*, in «Historia de España», Tomo V, Madrid 1957.
- MÁRIO CARDOZO, *A tradição náutica na mais antiga história da Península Hispânica*, Lisboa 1961.
- LUÍS CHAVES, *O mar nas tradições portuguesas (Ensaio Etnográfico)* Comunicação apresentada ao XVII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, Porto 1943, p. 583 do vol. VIII das Actas.
- MARTIN ALMAGRO, *La invasion celtica en España*, «Hist. de Esp.», t. I, vol. II, p. 3 ss.
- P. BOSCH-GIMPERA, *Etnologia de la Peninsula Iberica* — Barcelona 1932.
- J. CARO BAROJA, *Los pueblos de España*, Barcelona, 1946.